



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Santa Izabel do Pará



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Santa Izabel do Pará (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

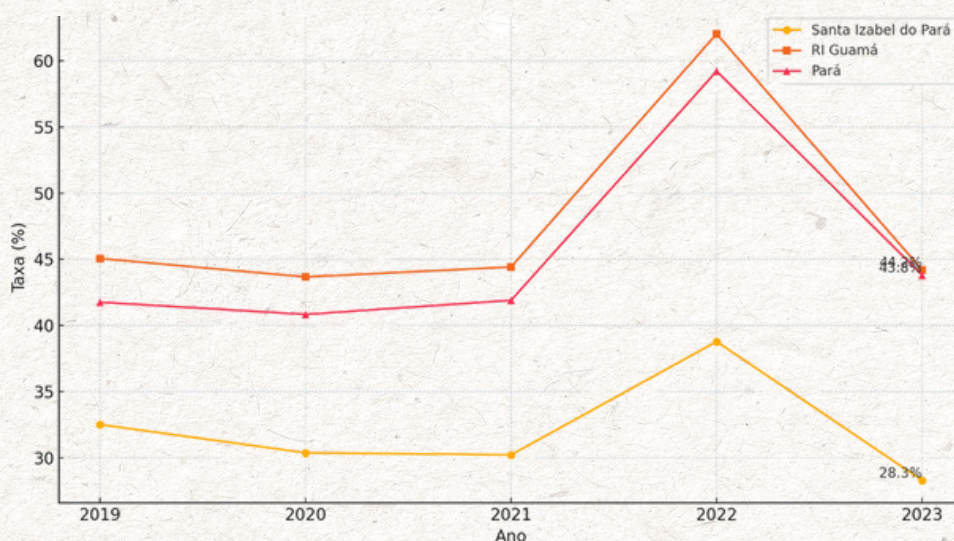
Em Santa Izabel do Pará, a taxa de pobreza iniciou em 32,6% em 2019, caindo para 30,2% em 2020 e estabilizando-se em 30,1% em 2021. Em 2022, houve um salto expressivo para 38,9%, seguido por uma queda acentuada para 28,3% em 2023 o menor valor do período. Já na Região de Integração do Guamá, os valores oscilaram de 45% em 2019 para 43,6% em 2020, subindo levemente para 44,4% em 2021, depois disparando para 61,8% em 2022 e recuando para 43,8% em 2023. O estado do Pará apresentou trajetória semelhante à da RI, saindo de 41,5% em 2019, com queda até 40,6% em 2020, le-

ve aumento em 2021 (41,7%), salto para 59,2% em 2022 e, finalmente, recuo para 43,7% em 2023. O pico de 2022 é comum às três escalas e pode refletir efeitos residuais da pandemia (Gráfico 1).

Essa análise evidencia que Santa Izabel manteve índices de pobreza sistematicamente mais baixos que sua RI e o estado como um todo. A queda abrupta em 2023, após o pico de 2022, sugere uma recuperação local mais eficaz, com melhoria socioeconômica mais rápida. A RI Guamá e o Pará encerram 2023 com taxas quase idênticas (43,8% e 43,7%, respectivamente), indicando estabilidade regional,



Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

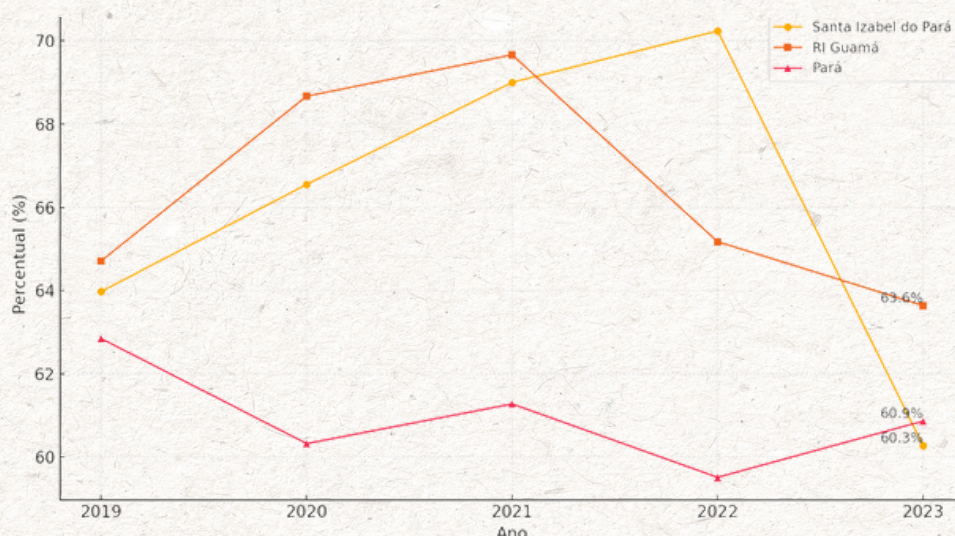
Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Santa Izabel do Pará, o percentual de despesas públicas com serviços essenciais saiu de 64% em 2019 e aumentou para 66,6% em 2020, chegando a 69,1% em 2021 e atingindo o pico de 70,2% em 2022. Contudo, em 2023 houve queda acentuada para 60,3%. Na RI Guamá, a trajetória foi semelhante: partiu de 64,8% em 2019, subiu progressivamente até 69,7% em 2021, antes de cair para 65,2% em 2022 e 63,6% em 2023. Já no estado do Pará, os percentuais oscilaram dentro de uma faixa mais estreita: 62,8% em 2019, queda para 60,3% em 2020, depois leve oscilação em 2021 (61,2%) e 2022 (59,2%), voltando a subir para 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

Santa Izabel apresentou maior comprometimento orçamentário com serviços essenciais no período analisado, atingindo seu ápice em 2022. Entretanto, a queda abrupta em 2023 pode sugerir uma reestruturação orçamentária, redirecionamento de gastos ou possível contenção fiscal. A RI Guamá manteve percentuais elevados e relativamente estáveis, com redução mais gradual que o município. Por sua vez, o Pará operou com menor percentual em todos os anos, sugerindo um padrão de menor priorização proporcional desses serviços na composição geral de gastos. Essa divergência pode refletir diferentes perfis de gestão pública, estruturas administrativas e demandas locais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Santa Izabel do Pará x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Santa Izabel do Pará registrou taxas elevadas de prevalência de baixo peso ao nascer em 2019 e 2020, ambas com 10,45%. Em 2021, o valor caiu bruscamente para 7,6%, marcando uma importante inflexão. Em 2022, houve novo aumento para 8,4% e em 2023, o índice voltou a subir, atingindo 10%, praticamente retornando ao patamar inicial. A Região de Integração do Guamá iniciou com 7,36% em 2019 e subiu levemente para 7,7% em 2020. Em 2021, caiu para 7,5%, depois aumentou para 8,45% em 2022 e se manteve estável em 2023. O estado do Pará teve trajetória mais

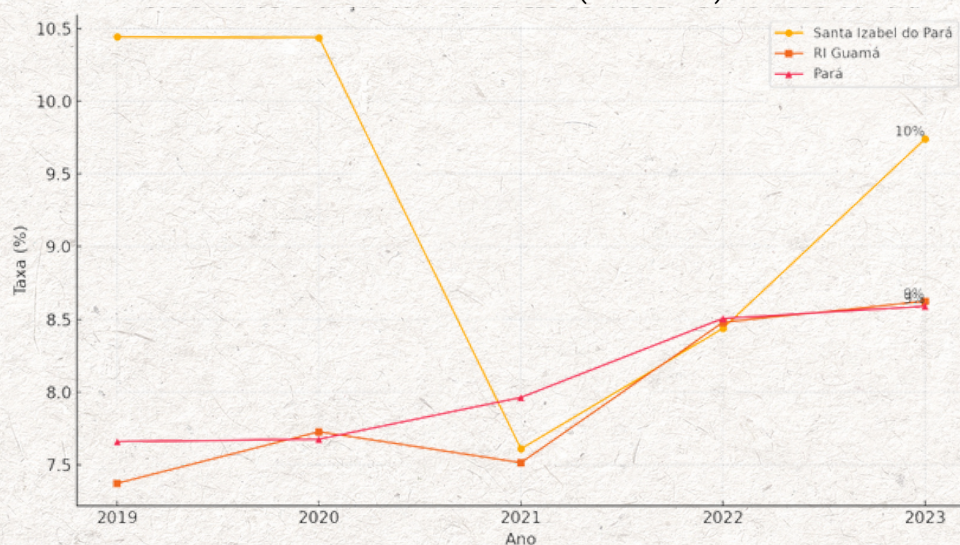
regular: iniciou com 7,65% em 2019 e cresceu progressivamente até 8,6% em 2023 (Gráfico 3).

A oscilação em Santa Izabel é a mais acentuada entre os três níveis, indicando instabilidade nas condições pré-natais e de atenção básica à saúde. A queda de 2021, possivelmente associada a políticas pontuais de saúde materno-infantil, não se sustentou nos anos seguintes. Em contraste, a RI Guamá e o Pará apresentam curvas mais suaves, com crescimento mais gradual da prevalência ao longo do tempo. O cenário de 2023 aponta Santa Izabel novamente em

posição mais vulnerável, com taxa acima da média regional e estadual (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

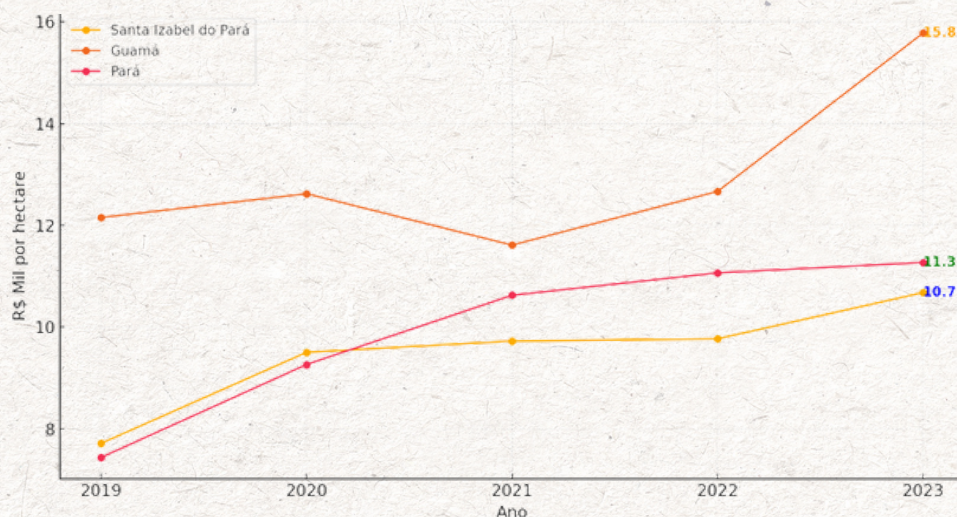
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Santa Izabel do Pará partiu de uma produtividade agrícola de R\$ 7,7 mil/ha em 2019, subindo para R\$ 9,4 mil/ha em 2020 e R\$ 9,7 mil/ha em 2021 e 2022. Em 2023, o município alcançou R\$ 10,7 mil/ha. Já a RI Guamá teve desempenho superior em todo o período, iniciando com R\$ 11,9 mil/ha em 2019, atingindo R\$ 12,8 mil/ha em 2020, com leve queda em 2021 (12,7 mil), retomada em 2022 (17,1 mil) e expressiva alta em 2023, com R\$ 15,8 mil/ha. O estado do Pará, por sua vez, apresentou crescimento consistente: de R\$ 7,3 mil/ha em 2019 até R\$ 11,3 mil/ha em 2023 (Gráfico 4).

A produtividade agrícola de Santa Izabel do

Pará, embora inferior à da sua RI e ao estado em 2023, demonstrou evolução constante, com crescimento de 39% ao longo do período. A performance da RI Guamá foi notoriamente superior, destacando-se em 2023 com valor mais de 48% acima da média estadual. O desempenho do Pará também foi positivo, com aumento de R\$ 4 mil/ha em cinco anos. Essa tendência positiva geral indica avanços tecnológicos, ampliação do uso de insumos e ganhos de eficiência nas práticas produtivas. No entanto, o diferencial entre Santa Izabel e sua RI sugere que o município ainda tem espaço para melhorar sua competitividade agrícola (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10,7 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

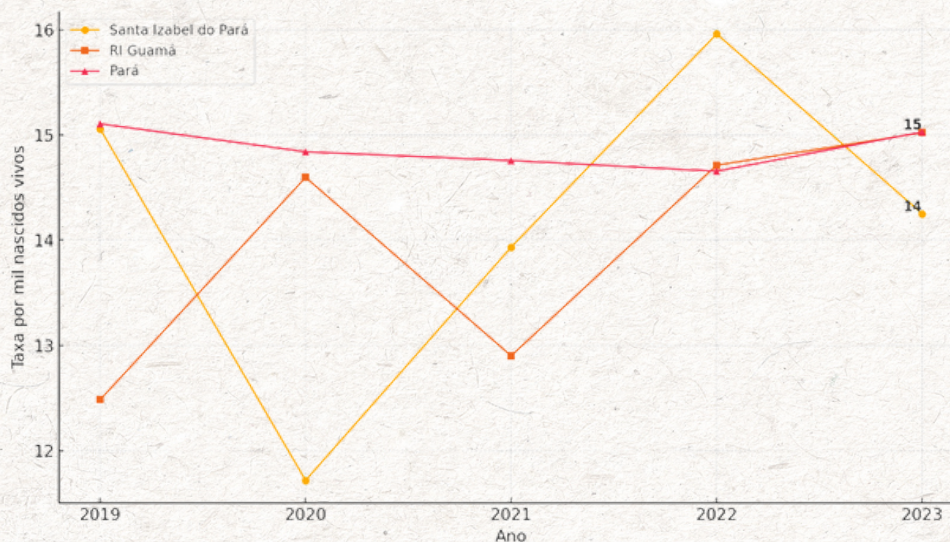
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Santa Izabel do Pará, a taxa de mortalidade infantil iniciou em 15,1‰ em 2019, apresentou queda expressiva para 11,7‰ em 2020, e retomou trajetória de alta nos dois anos seguintes, atingindo o pico de 15,9‰ em 2022. Em 2023, houve recuo para 14‰. Já a Região de Integração do Guamá oscilou entre 12,5‰ (2019), 14,6‰ (2020), 12,9‰ (2021), 14,7‰ (2022) e 15‰ (2023), com leve tendência de alta. O estado do Pará mostrou relativa estabilidade: partiu de 15,2‰ em 2019, com pequenas quedas até 2022 (14,7‰), e aumento final para 15‰ em 2023 (Gráfico 5).

A análise evidencia que Santa Izabel enfrentou forte oscilação na mortalidade infantil, com melhoria pontual em 2020, seguida de deterioração em 2021 e 2022, antes de novo recuo em 2023. O município encerra o período abaixo da média estadual, mas com trajetória instável. A RI Guamá, embora apresente menores taxas em parte dos anos, também revela tendência de piora. Já o estado se mantém mais estável, porém sem melhora consistente. Esse comportamento reforça a necessidade de intervenções mais contínuas e estruturadas na atenção básica, saúde materno-infantil e controle de doenças preveníveis (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

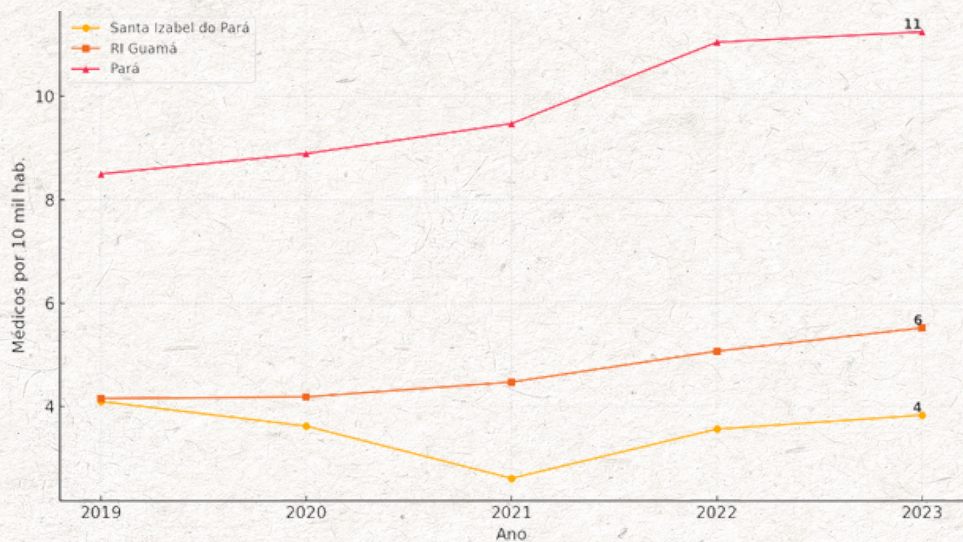
Número de Médicos por 10 mil habitantes

Santa Izabel do Pará iniciou 2019 com 4 médicos por 10 mil habitantes, recuando para 3,6 em 2020 e chegando ao mínimo de 2,6 em 2021. Em 2022, houve recuperação para 3,6 e, finalmente, 4 em 2023. A RI Guamá partiu de 4,1 médicos por 10 mil hab. em 2019 e avançou de forma gradual até alcançar 5,8 em 2023. O estado do Pará apresentou crescimento contínuo, saindo de 8,5 (2019) para 11 médicos por 10 mil habitantes em 2023 (Gráfico 6).

O desempenho de Santa Izabel é inferior à média regional e estadual durante todo o período, com um declínio acentuado até 2021, e recuperação ainda insuficiente nos dois anos seguintes. A RI Guamá mostrou ampliação contínua da força médica, ainda que em patamar inferior ao do estado. O crescimento expressivo do estado do Pará, sobretudo a partir de 2021, sugere investimentos robustos em recursos humanos da saúde (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Santa Izabel do Pará apresentou queda progressiva no número de vagas por mil habitantes: de 192 (2019) para 186 (2020), 181 (2021), 176 (2022) e 158 em 2023. A RI Guamá seguiu trajetória menos acentuada, com 218 vagas por mil hab. em 2019, leve queda até 209 (2020), oscilação em 2021 e 2022, e recuo para 190 em 2023. O estado do Pará iniciou com 212 vagas/mil hab. em 2019, atingiu 219 em 2022 e caiu para 198 em 2023 (Gráfico 7).

O município teve a maior redução proporcional no período (-34 vagas/mil hab.), em

contraste com a estabilidade da RI e o leve crescimento estadual até 2022. Essa retração pode indicar fechamento de turmas, redução de matrículas ou reorganização da rede escolar, com possíveis impactos sobre o acesso à educação. Apesar da queda geral em 2023 nas três escalas, Santa Izabel apresenta tendência de desmonte mais contínuo da oferta pública de ensino, exigindo atenção quanto à manutenção da cobertura educacional e ao planejamento demográfico da rede escolar (Gráfico 7).

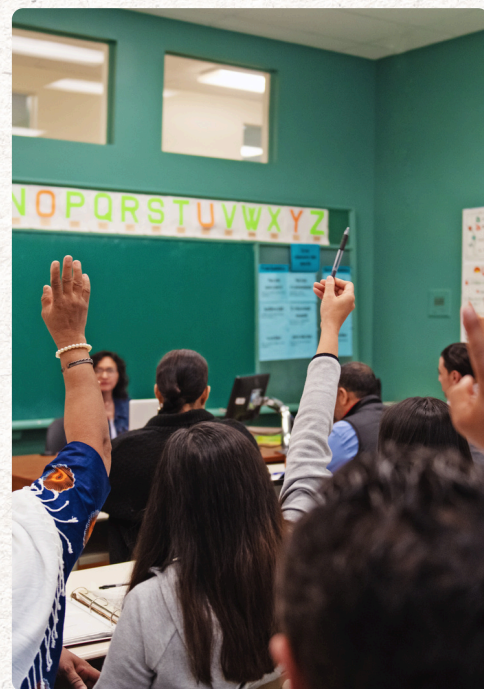
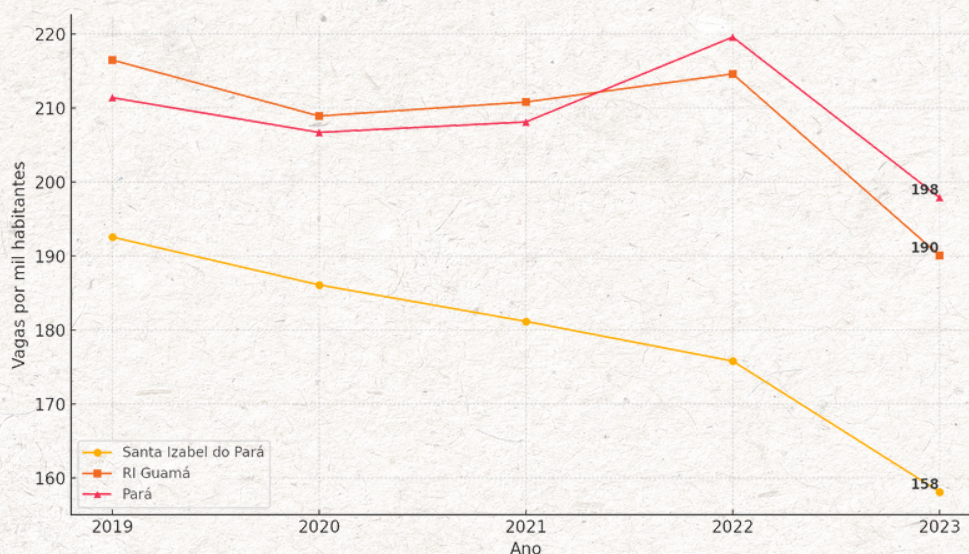


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 158 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

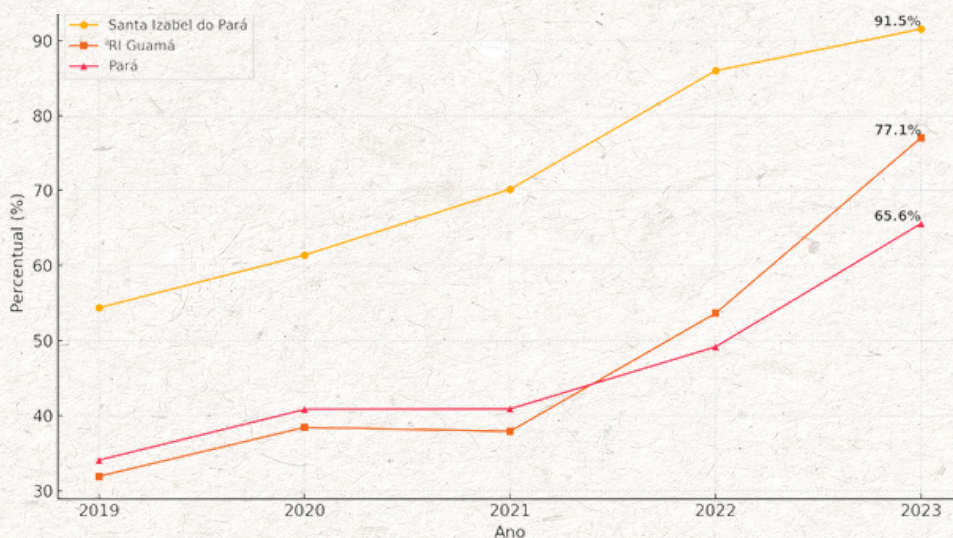
Santa Izabel do Pará apresentou crescimento expressivo na conectividade das escolas, saindo de 54,4% em 2019 para 61,3% (2020), 70% (2021), 86,4% (2022) e 91,5% em 2023. A RI Guamá partiu de 32%, subiu para 38,5% (2020 e 2021), atingiu 53,3% em 2022 e saltou para 77,1% em 2023. O estado do Pará também evoluiu: começou com 34,1% em 2019, alcançando 65,6% em 2023, embora com crescimento mais gradual (Gráfico 8).

Santa Izabel manteve-se à frente da média regional e estadual em todos os a-

nos, com avanço significativo na inclusão digital da rede escolar. Esse desempenho reflete esforços de investimento em infraestrutura de conectividade e favorece a adoção de práticas pedagógicas modernas. A diferença de mais de 25 pontos percentuais em relação ao estado reforça a liderança local nesse aspecto. Apesar disso, a ampliação na RI e no estado em 2023 aponta uma tendência positiva mais ampla, o que pode contribuir para a redução das desigualdades educacionais no território paraense (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 91,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

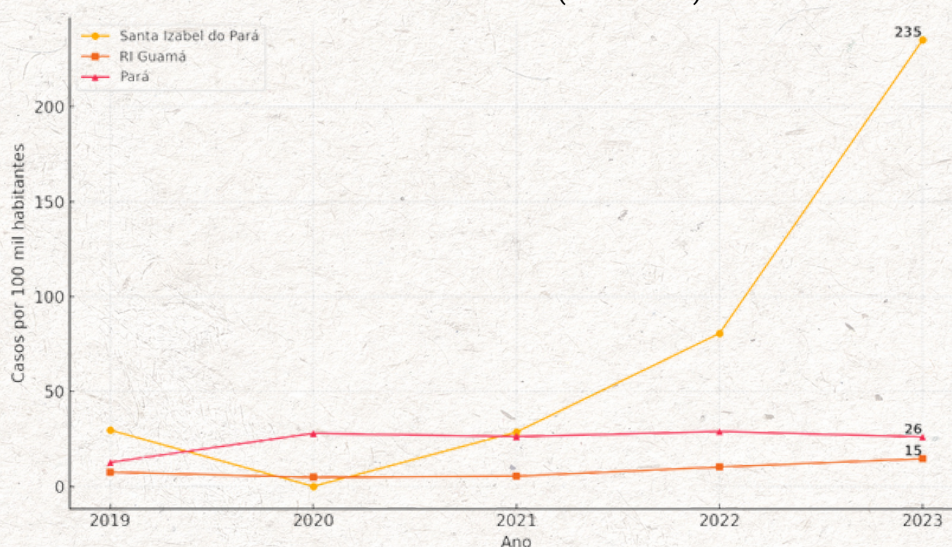


Em Santa Izabel do Pará, o número de casos por 100 mil habitantes começou em 30,4 em 2019, caiu para praticamente zero em 2020 (0,9), e voltou a crescer fortemente nos anos seguintes: 29,2 em 2021, 80,9 em 2022 e atingiu um pico alarmante de 235 casos em 2023. A Região de Integração do Guamá teve crescimento mais moderado: de 7,9 em 2019 para 15,2 em 2023, com valores sempre inferiores aos de Santa Izabel. Já o estado do Pará oscilou de 14,2 (2019) a 26,2 (2023), com leve crescimento ao longo do período (Gráfico 9).



O comportamento de Santa Izabel chama atenção por apresentar crescimento abrupto e desproporcional nos dois últimos anos, especialmente em 2023, quando o índice municipal foi quase 9 vezes maior que o estadual. O salto pode indicar aumento real da violência ou ampliação dos registros e denúncias, especialmente após a pandemia. Em contraste, tanto a RI quanto o estado mostram evolução mais contida. A diferença entre os territórios evidencia a urgência de políticas públicas específicas para o enfrentamento da violência de gênero no município, com ampliação de proteção às vítimas e ações educativas (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 235 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

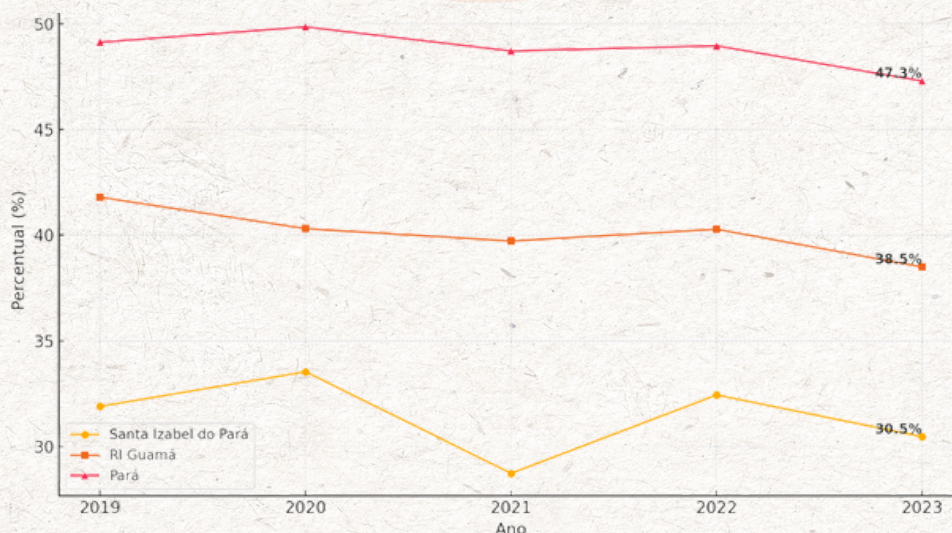
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Santa Izabel do Pará, o indicador iniciou com 31,6% em 2019 e subiu para 33,5% em 2020. Em 2021, houve queda para 28,5%, seguida de uma recuperação para 32,4% em 2022. No entanto, em 2023, o percentual caiu novamente para 30,5%, encerrando o período com variação negativa. Na Região de Integração do Guamá, o indicador partiu de 41,7% em 2019, oscilou levemente nos anos seguintes e terminou 2023 em 38,5%, também em queda. Já o estado do Pará manteve-se mais estável: de 49,2% em 2020 para 47,3% em 2023 (Gráfico 10).



A análise revela que Santa Izabel do Pará tem percentuais consistentemente abaixo dos observados na RI Guamá e no estado do Pará, evidenciando menor presença feminina em cargos de liderança. A oscilação ao longo dos anos aponta para avanços não sustentados, com retrocessos em 2021 e 2023. A RI Guamá também apresentou queda, ainda que menos acentuada, e o estado manteve uma posição superior em todos os anos, com relativa estabilidade. Os dados indicam que há necessidade de fortalecer políticas de equidade de gênero no mercado de trabalho local, promovendo maior acesso das mulheres a posições de liderança (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

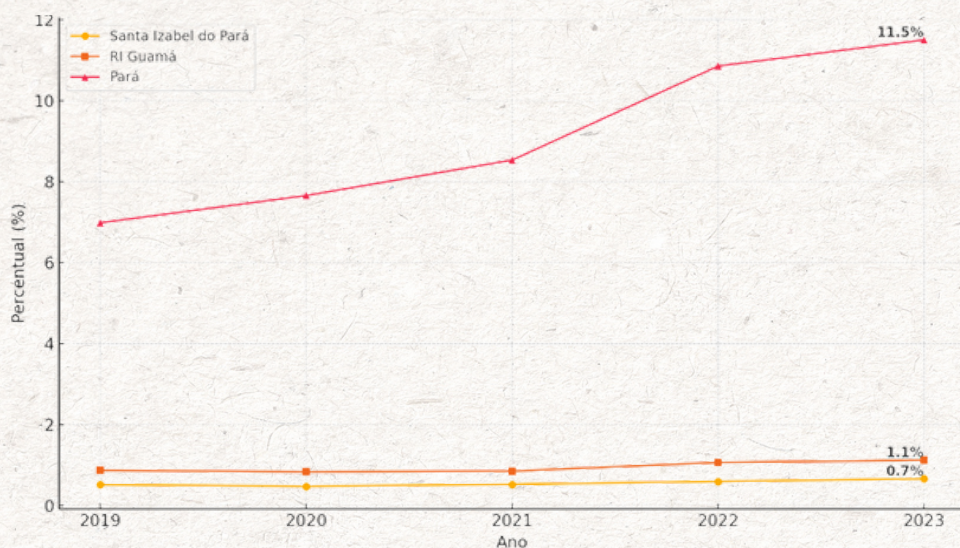
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Santa Izabel do Pará, o indicador se manteve muito baixo em todo o período, partindo de 0,5% em 2019 e oscilando levemente até chegar a 0,7% em 2023. A RI Guamá apresentou desempenho um pouco melhor, indo de 1% (2019) para 1,1% em 2023, mas também com avanços limitados. O estado do Pará, por outro lado, registrou crescimento mais significativo, saindo de 7% em 2019 para 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

A discrepância entre Santa Izabel e os demais níveis territoriais é marcante. Enquanto o estado quase dobrou a cobertura de coleta de esgoto para a população de baixa renda, Santa Izabel permanece praticamente estagnada. Isso demonstra severas deficiências na infraestrutura de saneamento para a parcela mais vulnerável da população, o que pode impactar diretamente a saúde pública e a qualidade de vida. A ausência de avanços indica a necessidade urgente de investimentos em saneamento básico voltados especificamente para áreas de baixa renda no município (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

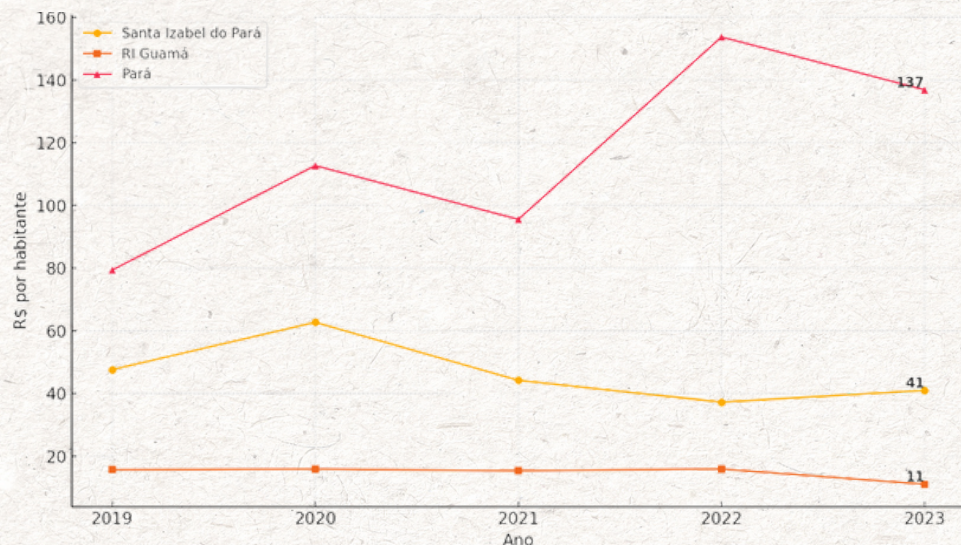
Santa Izabel do Pará apresentou variação significativa nos gastos per capita com saneamento: R\$ 47 (2019), R\$ 63 (2020), queda para R\$ 45 (2021), R\$ 37 (2022) e leve aumento para R\$ 41 em 2023. A RI Guamá manteve patamar muito inferior, variando entre R\$ 15 e R\$ 11 no período. O estado do Pará demonstrou maior volume de investimentos: de R\$ 80 em 2019 para um pico de R\$ 153 em 2022, encerrando em R\$ 137 em 2023 (Gráfico 12).

Embora Santa Izabel gaste mais que sua RI, os valores ainda são bem menores que

os do estado, o que contribuiu para a estagnação no acesso ao saneamento observada anteriormente. A queda acentuada nos gastos entre 2020 e 2022 revela uma possível reorientação de recursos ou perda de capacidade fiscal, com consequências diretas sobre a oferta de serviços. O estado, por sua vez, manteve tendência de crescimento, evidenciando priorização maior da área. O município precisaria retomar investimentos robustos para sair do patamar crítico de cobertura e atender à população de forma mais equitativa (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 41/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

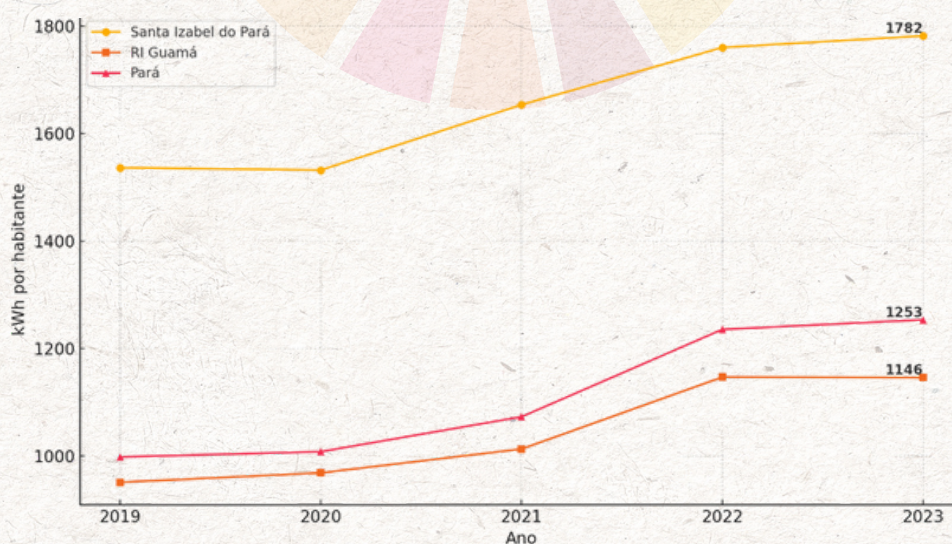


Em Santa Izabel do Pará, o consumo per capita de energia elétrica iniciou em 1.537 kWh/hab. em 2019, manteve-se quase estável em 2020 (1.534), e depois cresceu de forma contínua: 1.655 em 2021, 1.757 em 2022 e 1.782 kWh/hab. em 2023. A RI Guamá teve uma trajetória crescente: de 947 em 2019 para 1.146 em 2023. Já o estado do Pará também mostrou avanço: partindo de 999 em 2019, atingiu 1.253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Santa Izabel apresentou consumo consistentemente superior ao da sua Região de Integração e ao do estado, com uma diferença de 636 kWh em relação à média estadual em 2023. Esse padrão elevado pode estar relacionado à presença de atividades comerciais, industriais ou maior acesso residencial à energia. A tendência de crescimento contínuo indica avanço na infraestrutura elétrica e no poder de consumo local. Ainda assim, o contraste regional sugere desigualdade no acesso e uso da eletricidade, o que pode demandar atenção em áreas mais vulneráveis da R (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.782 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

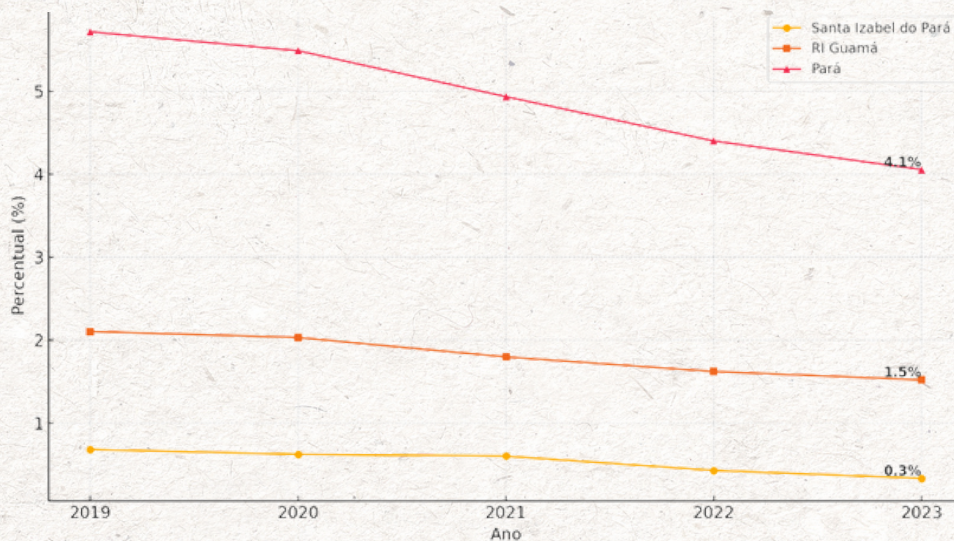
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Santa Izabel do Pará, a proporção de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil caiu de 0,7% em 2019 para apenas 0,3% em 2023. A RI Guamá iniciou com 2,1% em 2019 e recuou para 1,5% em 2023, demonstrando redução gradual. Já no estado do Pará, o percentual era mais elevado: de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, também com tendência de queda (Gráfico 14).

A trajetória de Santa Izabel é a mais positiva entre os três níveis analisados, com o menor índice de domicílios em situação de precariedade energética. Isso sugere uma cobertura elétrica mais eficiente na zona urbana e rural do município, especialmente entre a população de baixa renda. Em contraste, a média estadual segue relativamente alta, revelando desafios persistentes em regiões mais remotas. A continuidade desse avanço depende da manutenção de políticas de universalização do acesso à energia elétrica com foco em inclusão social (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

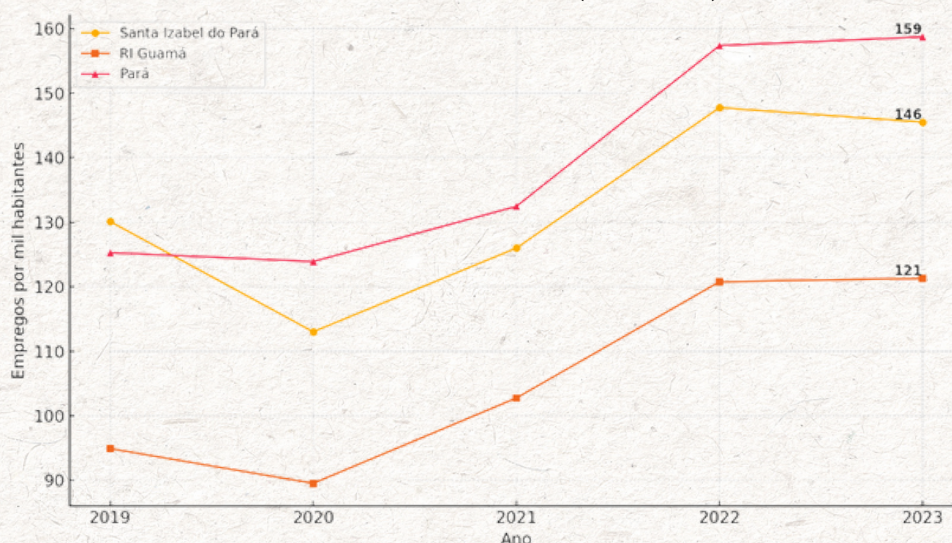


Empregos Formais por Mil Habitantes

Santa Izabel do Pará demonstrou recuperação superior à da sua RI após 2020, encerrando o período com 25 empregos formais por mil habitantes a mais que a média da RI Guamá. Ainda assim, em 2023, permanece abaixo do desempenho estadual, cuja diferença foi de 13 empregos/mil hab. a mais. Isso revela que, embora o município tenha reagido bem no pós-pandemia, ainda não superou a média estadual em termos de formalização do trabalho. A trajetória positiva entre 2020 e 2022 sugere retomada econômica local, talvez impulsionada por serviços públicos, construção ou pequenos empreendimentos (Gráfico 15).

Em Santa Izabel do Pará, o número de empregos formais por mil habitantes apresentou um comportamento oscilante. Em 2019, o município registrou 130 empregos formais por mil hab., caindo para 113 em 2020 impacto provavelmente associado à pandemia. Em 2021, houve recuperação para 126, com alta significativa em 2022, quando atingiu 148, seguido de leve retração para 146 em 2023. A Região de Integração do Guamá iniciou em 95 empregos/mil hab. em 2019, caindo para 89 em 2020, depois subindo gradualmente até 121 em 2023. Já o estado do Pará teve 125 empregos/mil hab. em 2019, mantendo-se estável em 2020 (124), e crescendo de forma mais acentuada nos anos seguintes: 132 (2021), 158 (2022) e 159 (2023) (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 146 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Santa Izabel do Pará apresentou crescimento gradual do PIB per capita ao longo do período analisado. Em 2018, o valor era de R\$ 10.844, subindo para R\$ 11.094 (2019), mantendo-se quase estável em 2020 com R\$ 11.173. A partir de 2021, observa-se avanço expressivo: R\$ 12.879, seguido de um leve acréscimo em 2022, com R\$ 12.978. A Região de Integração do Guamá iniciou com R\$ 12.611 em 2018, variando pouco até 2020 e crescendo de forma mais acentuada em 2021 (R\$ 14.826) e 2022 (R\$ 16.258). Já o estado do Pará destacou-se com crescimento muito mais robusto: de R\$ 18.964 (2018)



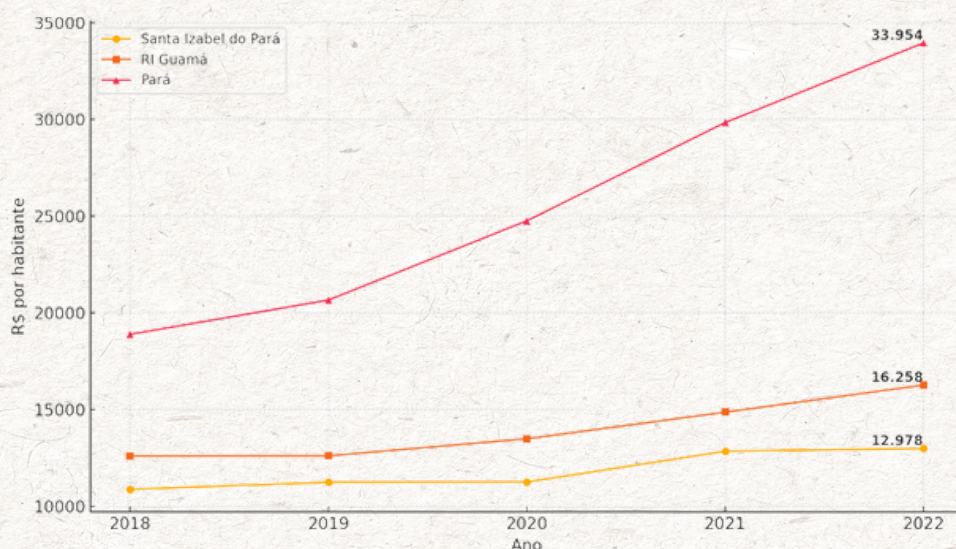
para R\$ 20.674 (2019), R\$ 24.812 (2020), R\$ 29.931 (2021) e R\$ 33.954 em 2022 (Gráfico 16).

Essa análise mostra que, apesar de um crescimento consis-

tente, Santa Izabel mantém seu PIB per capita em patamar significativamente inferior às médias regional e estadual. Em 2022, a diferença para a RI Guamá era de R\$ 3.280 e, em relação ao estado, de expressivos R\$ 20.976. A tendência estadual foi de crescimento acelerado, provavelmente puxado pela mineração, energia e exportações. A RI também acompanhou esse avanço com alguma defasagem. Santa Izabel, por outro lado, cresceu em ritmo mais lento, o que sugere menor diversificação econômica e dependência de setores de baixo valor agregado (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Santa Izabel do Pará x RI Guamã x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12.978/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

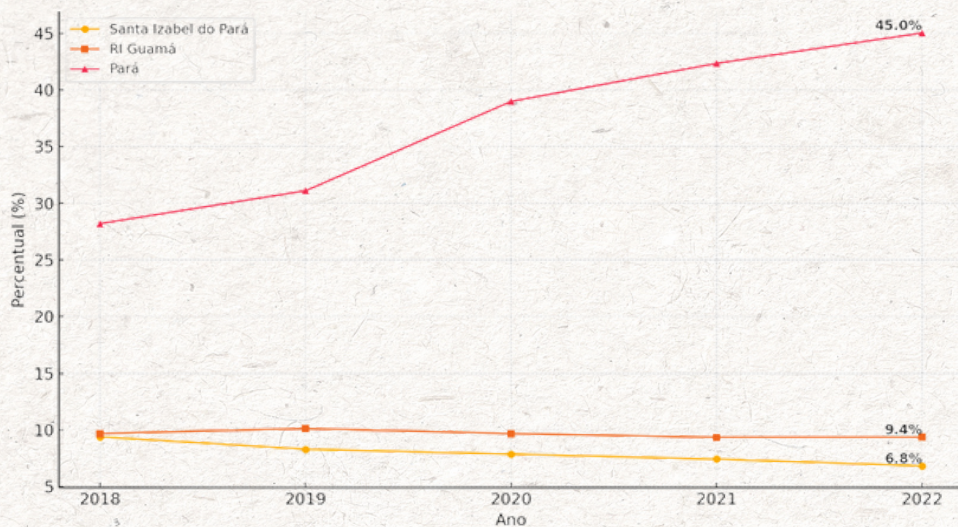


Santa Izabel do Pará registrou um recuo contínuo no percentual da indústria na composição do seu PIB. Em 2018, o setor representava 9,4% da economia local, caindo para 8,7% em 2019, 8,1% em 2020, 7,5% em 2021 e, finalmente, 6,8% em 2022. A RI Guamá apresentou tendência semelhante, com valores que variaram de 9,8% (2018) para 9,4% (2022), com oscilações discretas entre os anos. Já o estado do Pará teve comportamento inverso: o valor adicionado da indústria passou de 28,2% em 2018 para 45,0% em 2022, mostrando crescimento acelerado e consistente (Gráfico 17).

A análise revela uma desindustrialização progressiva em Santa Izabel do Pará e estabilidade na RI Guamá, contrastando com a industrialização crescente do estado. Em 2022, a indústria representava menos de 7% da economia do município, frente a 45% da economia estadual. Isso evidencia que o crescimento econômico estadual, puxado por setores como mineração, energia e transformação, não tem refletido diretamente no município. A baixa participação do setor industrial no PIB de Santa Izabel compromete sua capacidade de gerar empregos qualificados e aumentar sua renda per capita (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Santa Izabel do Pará, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes partiu de 8,1 em 2019 e caiu para 6,9 em 2020. A partir de então, houve leve oscilação positiva: 7,0 em 2021, 7,8 em 2022 e 8,0 em 2023. A RI Guamá seguiu padrão semelhante, indo de 7,6 (2019) para 6,5 (2020), subindo para 9,4

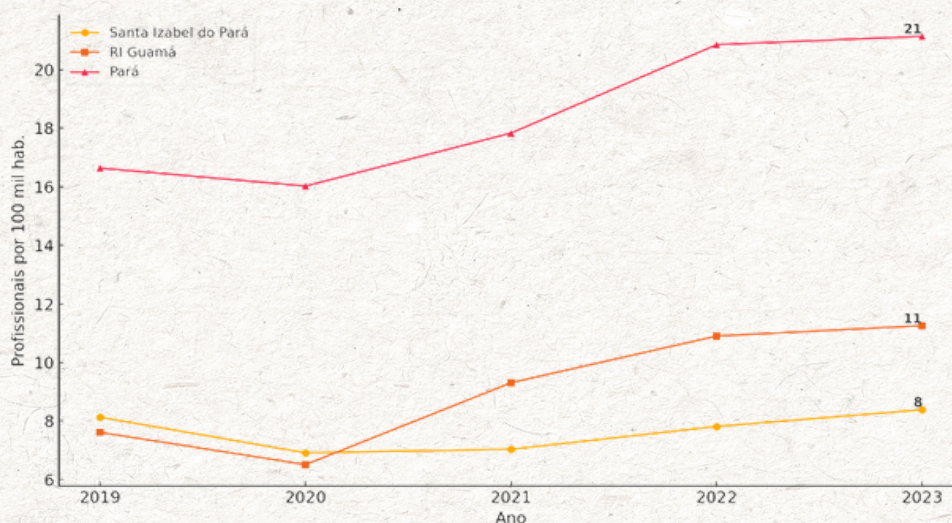


(2021), 10,9 (2022) e 11,1 (2023). O estado do Pará iniciou em 16,7 em 2019, teve leve queda em 2020 (16,1), depois cresceu para 17,8 (2021), 20,8 (2022) e 21 em 2023 (Gráfico 18).

Santa Izabel manteve-se ao longo dos anos com os menores valores entre os três níveis territoriais. Apesar da recuperação a partir de 2021, o número de profissionais da ciência no município permanece muito abaixo da média estadual (13 pontos a menos em 2023). O crescimento mais expressivo no estado e na RI Guamá indica maior capacidade de atrair ou reter esse tipo de profissional, ligado à pesquisa, inovação e tecnologia. Essa diferença sugere a necessidade de políticas de incentivo à formação, fixação e valorização de profissionais científicos em Santa Izabel (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Santa Izabel do Pará x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



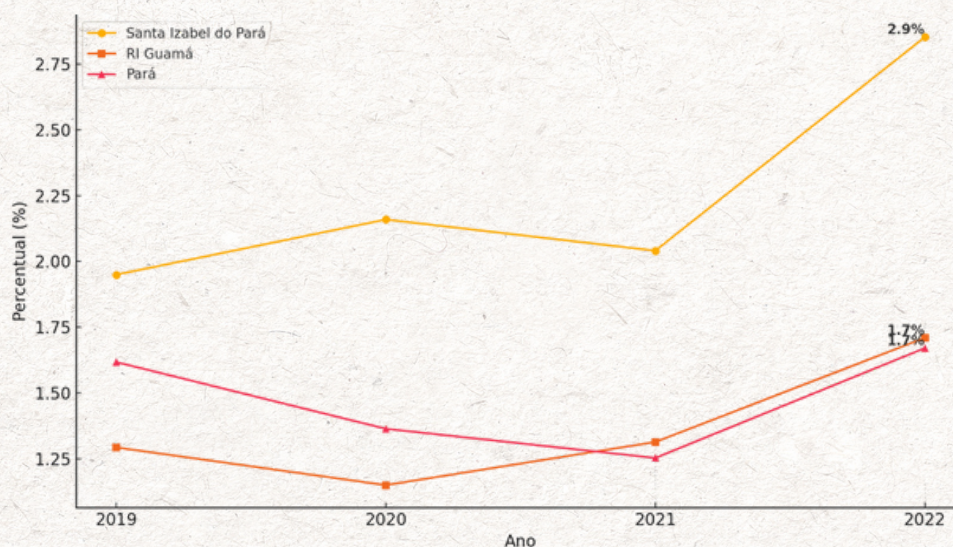
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Santa Izabel do Pará iniciou 2019 com uma massa salarial equivalente a 1,96% do PIB, subindo para 2,15% em 2020. Em 2021, houve leve recuo para 2,05%, seguido de um crescimento expressivo em 2022, quando alcançou 2,9% o maior valor da série. A RI Guamá apresentou 1,3% em 2019, caiu para 1,15% em 2020, recuperou para 1,3% em 2021 e atingiu 1,7% em 2022. O estado do Pará iniciou com 1,63% em 2019, caiu para 1,35% em 2020, e alcançou 1,7% em 2022, após queda em 2021 (1,25%) (Gráfico 19).

Santa Izabel se destacou positivamente em

2022, com a maior participação da massa salarial formal no PIB entre os três territórios, superando o estado em 1,2 ponto percentual. Isso indica uma maior relevância da remuneração formal na economia local, o que pode refletir ganhos salariais ou aumento na formalização do trabalho. A RI Guamá e o estado do Pará tiveram comportamento semelhante e mais contido, com trajetória de recuperação após 2020. O desempenho de Santa Izabel pode ser um sinal de dinamismo no mercado formal ou efeito de políticas locais voltadas ao emprego com carteira assinada (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

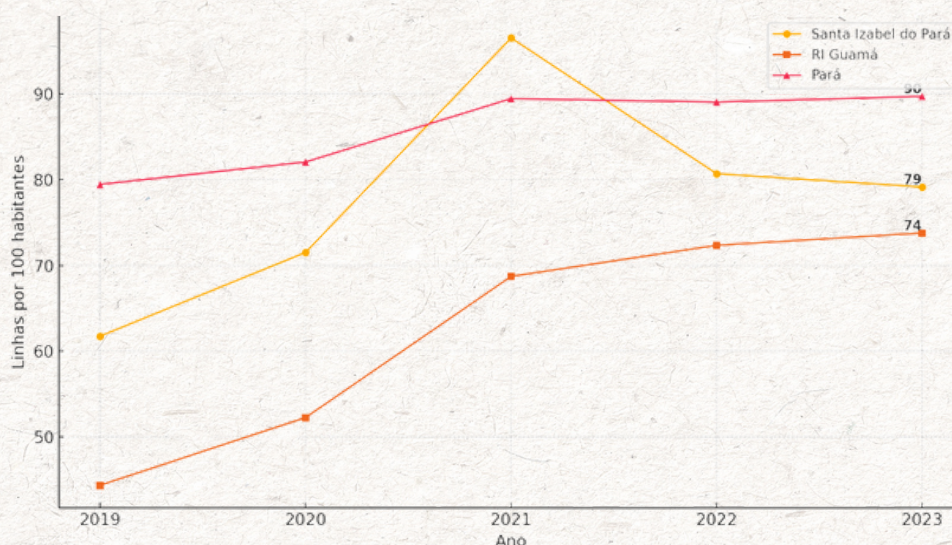
Acesso à Telefonia Móvel

Em Santa Izabel do Pará, o número de linhas móveis por 100 habitantes aumentou de 62 em 2019 para 72 em 2020, com pico em 2021, quando alcançou 96. A partir de então, houve queda para 81 (2022) e 79 em 2023. A Região de Integração do Guamá partiu de 44 linhas em 2019, subiu para 52 (2020), 69 (2021), 72 (2022) e chegou a 74 em 2023. Já o estado do Pará apresentou um crescimento mais contínuo e estável: de 79 (2019) para 82 (2020), chegando a 90 em 2023, com leve oscilação (Gráfico 20).

Apesar de ter ultrapassado o estado em 2021, Santa Izabel apresentou queda nos dois anos seguintes, terminando 2023 com 79 linhas por 100 habitantes, abaixo do índice estadual. A RI Guamá mostrou crescimento contínuo, embora em patamar inferior ao da capital e do estado. O Pará manteve evolução estável, encerrando com 90 linhas em 2023. A queda em Santa Izabel pode refletir substituições por pacotes de dados domiciliares, redução de demanda por linhas ou retração econômica. Ainda assim, o município se manteve acima da média da sua RI, evidenciando maior penetração do serviço em relação ao território vizinho (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 79 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

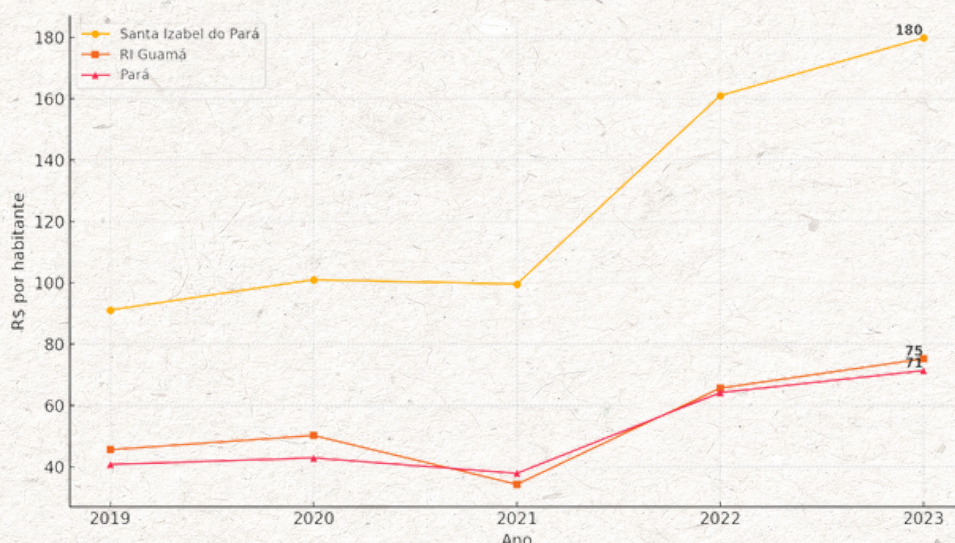
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Santa Izabel do Pará apresentou trajetória ascendente neste indicador. Partiu de R\$ 91 por habitante em 2019, subiu para R\$ 101 em 2020, manteve-se estável em 2021 (R\$ 99), mas saltou para R\$ 161 em 2022 e R\$ 180 em 2023. A RI Guamá iniciou com R\$ 46 (2019), atingiu R\$ 51 (2020), caiu para R\$ 35 (2021) e subiu para R\$ 65 e R\$ 75 em 2022 e 2023, respectivamente. Já o Pará oscilou entre R\$ 43 (2019) e R\$ 71 em 2023, com redução em 2021 (R\$ 39), seguida de crescimento contínuo (Gráfico 21).

O desempenho de Santa Izabel foi o mais expressivo, com valores sistematicamente superiores aos da região e do estado. A diferença em 2023 chega a mais de R\$ 100 a mais por habitante em comparação ao estado, o que reflete priorização municipal nessas áreas. Essa elevação pode indicar investimentos em eventos culturais, manutenção ambiental, educação patrimonial ou políticas sustentáveis. A RI Guamá e o estado apresentaram trajetória semelhante, com queda em 2021 e recuperação nos dois anos seguintes (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Santa Izabel do Pará x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



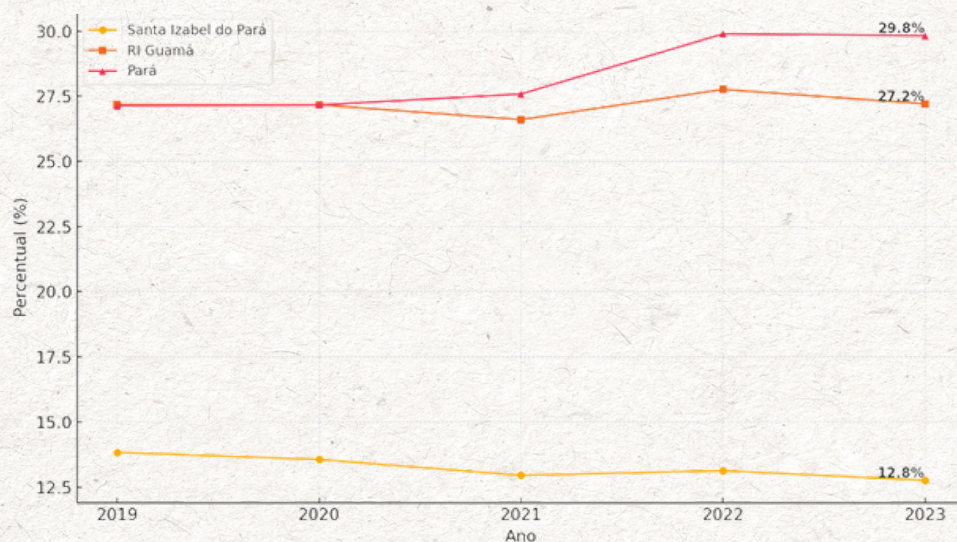
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Santa Izabel do Pará manteve valores estáveis entre 2019 e 2023. Em 2019, o percentual era de 13,8%, caindo ligeiramente para 13,5% em 2020 e 13,0% em 2021. Nos dois últimos anos, os índices oscilaram: 13,2% em 2022 e 12,8% em 2023, o menor valor da série. A RI Guamã variou de 27,2% (2019) para 26,7% (2021) e encerrou com 27,2% em 2023. O estado do Pará manteve patamar mais alto: iniciou com 27,1% (2019) e cresceu até 29,8% em 2023 (Gráfico 22).

O município apresentou os menores percentuais durante todo o período analisado,

com índices cerca de 15 pontos percentuais inferiores à média estadual. Isso sugere maior cobertura de coleta regular ou melhores práticas de destinação de resíduos sólidos, mesmo entre a população de baixa renda. Já a RI Guamã e o estado mostraram estabilidade ou piora do indicador, o que aponta para desafios persistentes nos serviços de saneamento e limpeza pública. A manutenção de baixos índices em Santa Izabel podem ser atribuída a programas municipais, infraestrutura urbana mais eficiente ou campanhas educativas (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Santa Izabel do Pará x RI Guamã x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

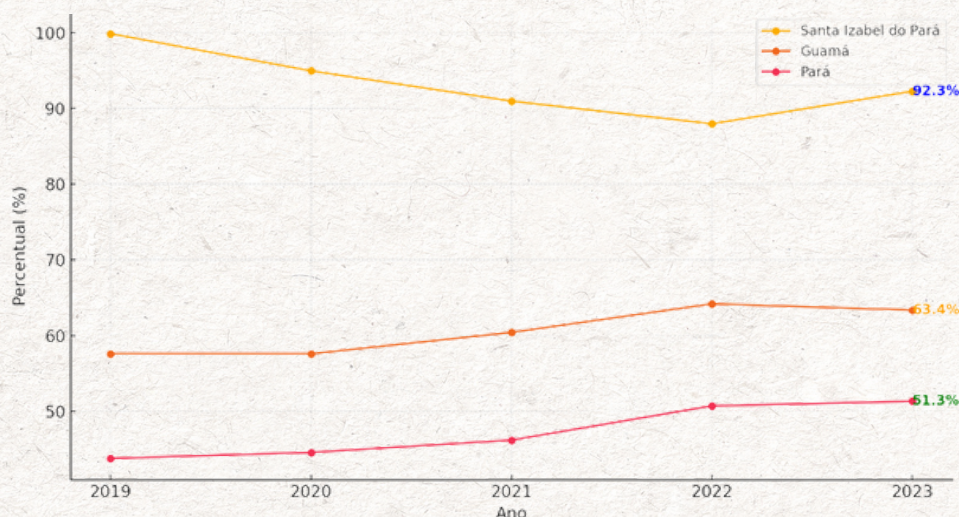
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Santa Izabel do Pará apresentou níveis extremamente elevados de uso de fossa rudimentar por parte da população de baixa renda. Em 2019, o indicador era de 100%, caindo para 95,5% (2020), 91,2% (2021), 88,3% (2022) e voltou a subir levemente para 92,3% em 2023. A RI Guamá mostrou padrão crescente, saindo de 58,2% (2019) para 63,4% (2023). Já o estado do Pará evoluiu de 43,6% (2019) para 51,3% em 2023 (Gráfico 23).

Mesmo com a ligeira queda nos primeiros anos, Santa Izabel ainda apresenta uma taxa extremamente crítica de uso de fossas rudi-

mentares entre os mais pobres. Em 2023, 9 de cada 10 famílias em situação de vulnerabilidade utilizavam esse tipo de solução precária. Esse dado aponta para um enorme déficit de saneamento básico no município, muito acima da média estadual e regional. A alta dependência desse sistema impacta diretamente na saúde pública, na contaminação do solo e na qualidade de vida. A tendência recente de crescimento (de 88,3% para 92,3%) reforça a urgência de ações efetivas para ampliar a rede de esgotamento sanitário e erradicar soluções insalubres (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 92,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

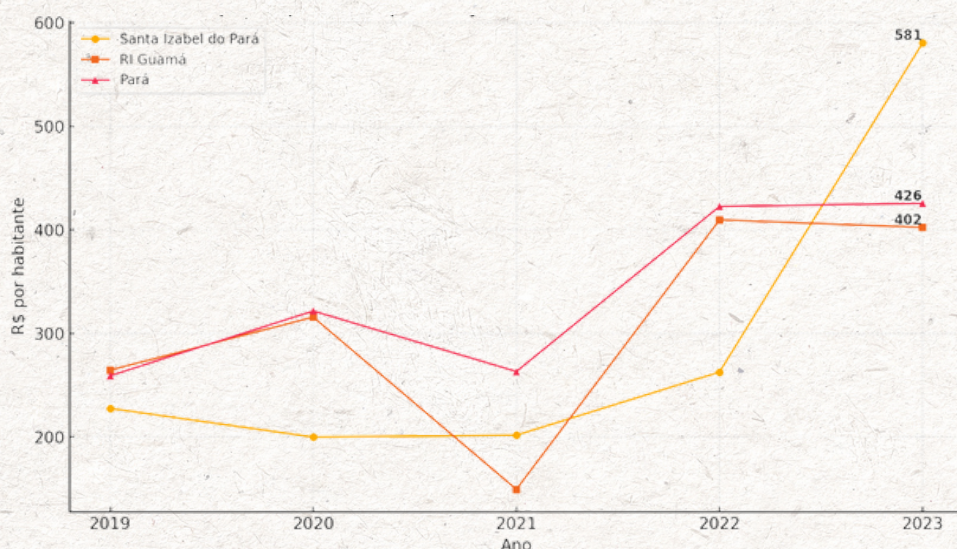
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Santa Izabel do Pará, os gastos com prevenção de desastres iniciaram em R\$ 227 por habitante em 2019, caíram para R\$ 199 em 2020 e permaneceram estáveis em 2021. A partir de 2022, observa-se crescimento significativo: R\$ 263 e, em 2023, o gasto saltou para R\$ 581 por habitante o maior valor entre os três territórios. A RI Guamá iniciou em R\$ 267, subiu para R\$ 319 (2020), teve queda brusca em 2021 (R\$ 149), depois aumentou para R\$ 410 e encerrou 2023 com R\$ 402. Já o estado do Pará apresentou trajetória de crescimento: de R\$ 263 (2019) para R\$ 426 em 2023 (Gráfico 24).



Santa Izabel superou, em 2023, tanto a média da RI quanto a do estado, evidenciando forte priorização na área de prevenção a desastres. Isso pode refletir respostas a eventos climáticos extremos, como inundações ou deslizamentos, e ampliação da infraestrutura de defesa civil. A queda anterior (2020–2021) pode ter relação com a reorientação de recursos devido à pandemia. A RI Guamá e o estado mostraram comportamento mais estável nos anos recentes, mas com menor intensidade de crescimento (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 581/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Santa Izabel do Pará teve desempenho modesto nesse indicador. Entre 2019 e 2022, o município praticamente não teve despesas relevantes com preservação aquática, oscilando entre R\$ 0 e R\$ 1 por habitante. Apenas em 2023 houve um salto, com despesa de R\$ 6 per capita, ainda bastante inferior aos outros dois níveis. A RI Guamá também começou com valores baixos (R\$ 0 em 2019), mas apresentou crescimento nos anos seguintes: R\$ 3 (2020), R\$ 3 (2021), R\$ 16 (2022) e R\$ 44 em 2023. Já o estado do Pará teve valores muito superiores: R\$ 184 (2019), R\$ 278 (2020), R\$ 225 (2021), R\$ 179 (2022) e R\$ 287 em 2023 (Gráfico 25).

A discrepância revela que Santa Izabel ainda não priorizou de forma significativa a conservação de ambientes aquáticos, como rios, igarapés e áreas de várzea. Isso pode representar uma lacuna crítica em políticas ambientais, especialmente considerando os potenciais impactos de uso desordenado do solo e esgoto doméstico em corpos hídricos. A RI Guamá evoluiu positivamente, especialmente entre 2022 e 2023. O Pará, por sua vez, mantém investimentos consistentes, o que reforça sua atenção à preservação de recursos hídricos, fundamentais para biodiversidade e abastecimento (Gráfico 25).

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

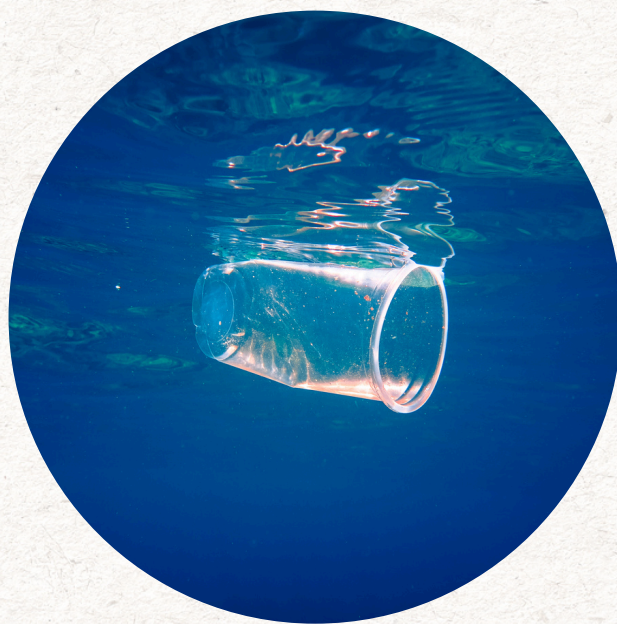
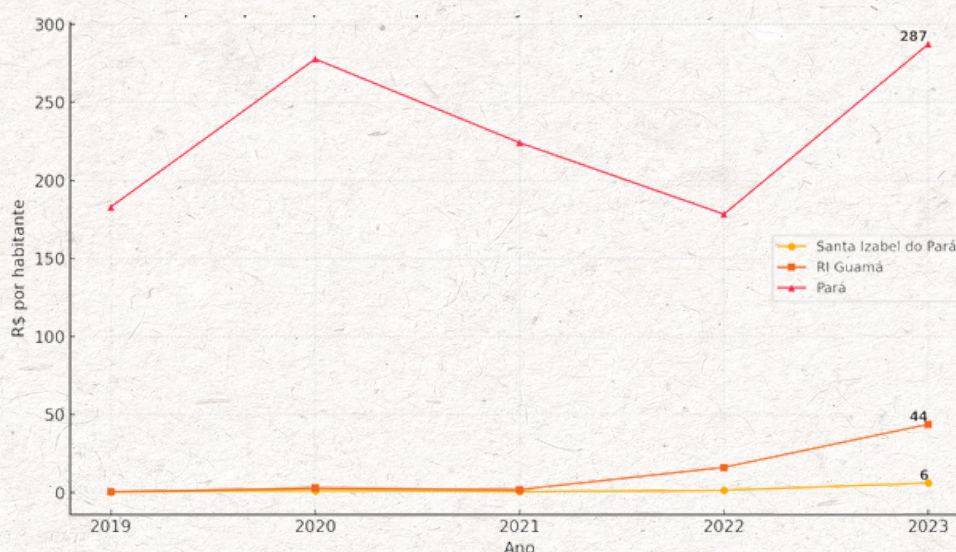


Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 6/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

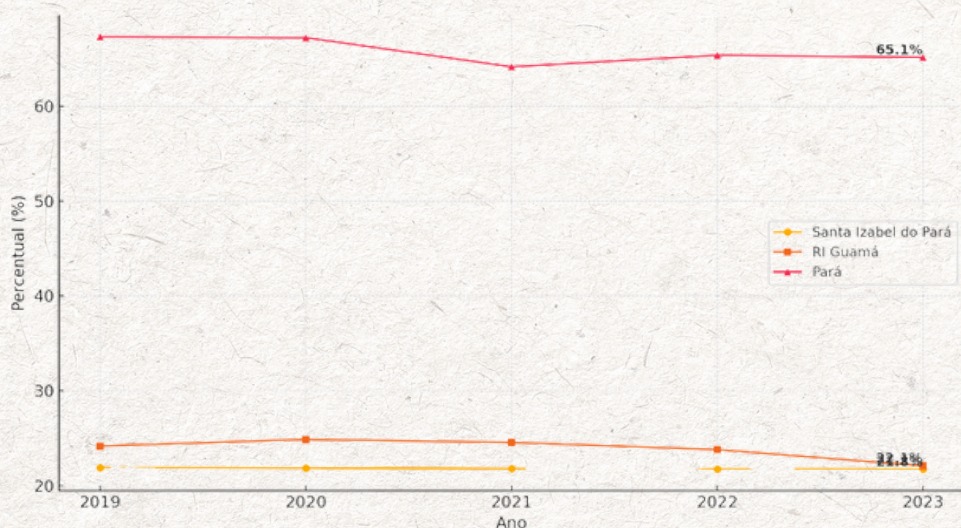
Santa Izabel do Pará apresentou valores baixos e estáveis de cobertura florestal no período analisado. O percentual de área com floresta foi de 21,9% em 2019, manteve-se em 21,8% até 2022, e subiu levemente para 21,8% em 2023. A RI Guamá oscilou de 24,4% (2019) para 25,1% (2020), recuando gradualmente até 22,1% em 2023. Já o estado do Pará manteve cobertura florestal muito superior: 66,3% (2019), 66,3% (2020), queda para 64,1% (2021), com pequena recuperação para 65,1% em 2023 (Gráfico 26).

A baixa proporção de área

florestal em Santa Izabel revela uma paisagem significativamente desmatada, contrastando fortemente com o padrão estadual. A estabilidade na cobertura pode indicar ausência de novas áreas de reflorestamento ou mesmo consolidação de uso agrícola e urbano nas áreas já desmatadas. A RI Guamá apresentou comportamento semelhante, com tendência de queda recente. Por outro lado, o Pará conseguiu manter índices elevados, ainda que com oscilações. O desafio do município está em alinhar o uso produtivo da terra com estratégias de restauração e conservação (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

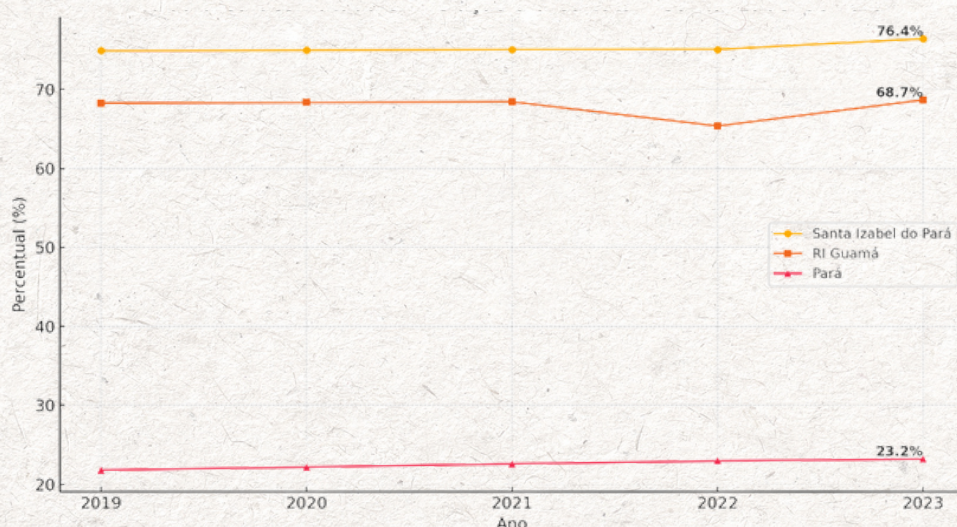
Santa Izabel do Pará apresentou índices extremamente altos de desmatamento em relação à sua área total. O percentual manteve-se em 75,9% entre 2019 e 2022, subindo para 76,4% em 2023. A RI Guamá iniciou em 68,2%, subiu levemente até 68,6% em 2020, caiu para 65,7% em 2022 e voltou a subir para 68,7% em 2023. O estado do Pará, embora historicamente associado ao desmatamento, apresentou números muito inferiores: 21,9% em 2019 e 2020, 22,4% em 2021, 22,8% em 2022 e 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

Esses dados colocam Santa

Izabel como uma das áreas mais intensamente desmatadas proporcionalmente no estado. O percentual indica que apenas cerca de 1/4 de seu território permanece florestado, evidenciando forte pressão antrópica sobre os recursos naturais. A estabilidade do indicador mostra ausência de reversão na tendência histórica de desmatamento. A comparação com o estado é contundente: Santa Izabel possui mais que o triplo da proporção de área desmatada. A RI Guamá segue padrão similar, embora com percentuais ligeiramente menores (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

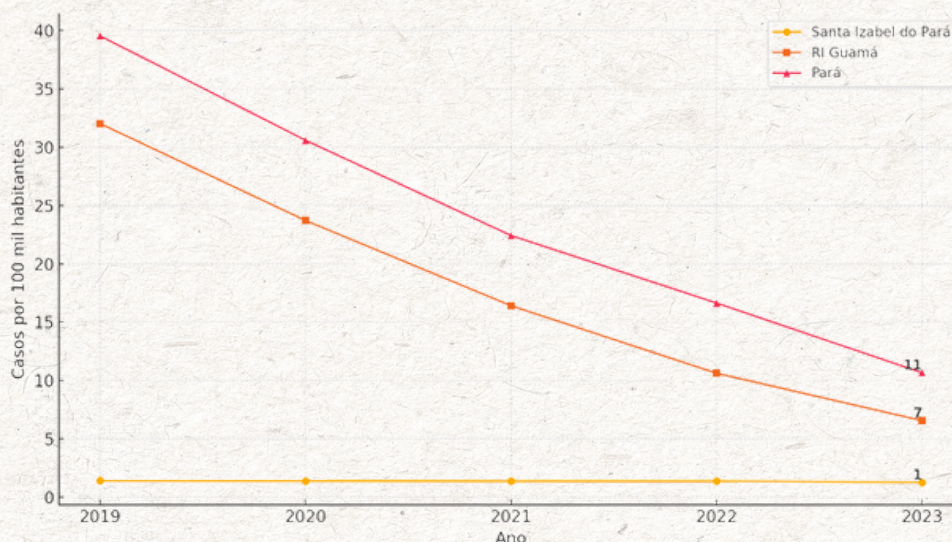
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Santa Izabel do Pará, o indicador manteve-se estável ao longo do período, registrando consistentemente 1 caso por 100 mil habitantes entre 2019 e 2023. Já na Região de Integração do Guamá, houve queda expressiva: de 32 casos em 2019 para 24 (2020), 16 (2021), 10 (2022) e 7 casos por 100 mil habitantes em 2023. O estado do Pará seguiu tendência semelhante, com redução contínua: de 39 casos em 2019 para 30 (2020), 22 (2021), 16 (2022) e 11 em 2023 (Gráfico 28).

Santa Izabel destaca-se positivamente por apresentar o menor índice entre os três níveis analisados, mantendo o valor mínimo durante todo o período. A trajetória do município sugere eficácia em políticas locais de combate ao trabalho infantil ou subnotificação. A RI Guamá e o Pará, embora tenham iniciado com números elevados, apresentaram reduções lineares, o que pode refletir ações estaduais integradas com o sistema de proteção social (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

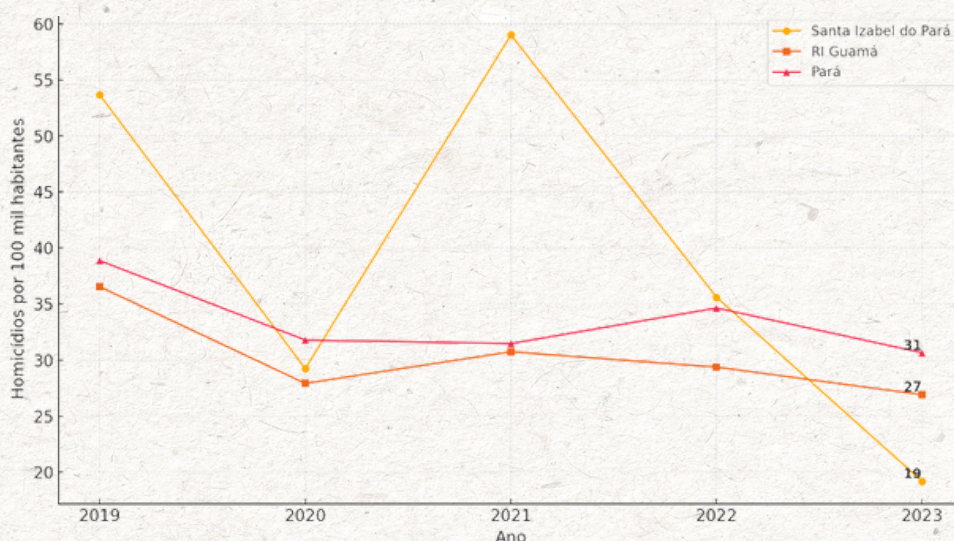
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Santa Izabel do Pará apresentou oscilações acentuadas na taxa de homicídios. O indicador começou alto em 2019 com 54 homicídios por 100 mil habitantes, caiu para 30 em 2020, subiu fortemente em 2021 para 59, e voltou a cair para 35 em 2022, chegando a 19 em 2023. A RI Guamá iniciou com 36 (2019), caiu para 28 (2020), subiu levemente para 31 (2021), oscilou em 29 (2022) e atingiu 27 em 2023. Já o estado do Pará variou de 39 (2019) para 31 em 2023, com queda e leve recuperação no período (Gráfico 29).

Apesar da redução em 2023, Santa Izabel oscilou de forma mais intensa, indicando instabilidade na segurança pública local ao longo dos anos. O pico de 59 homicídios em 2021 contrasta fortemente com o mínimo de 19 registrado em 2023. A RI Guamá e o estado apresentaram padrões mais estáveis, com quedas graduais e sem grandes saltos. A queda recente em Santa Izabel pode ser reflexo de políticas de segurança mais eficazes ou maior controle comunitário, mas o histórico de altos índices sugere a necessidade de vigilância constante (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



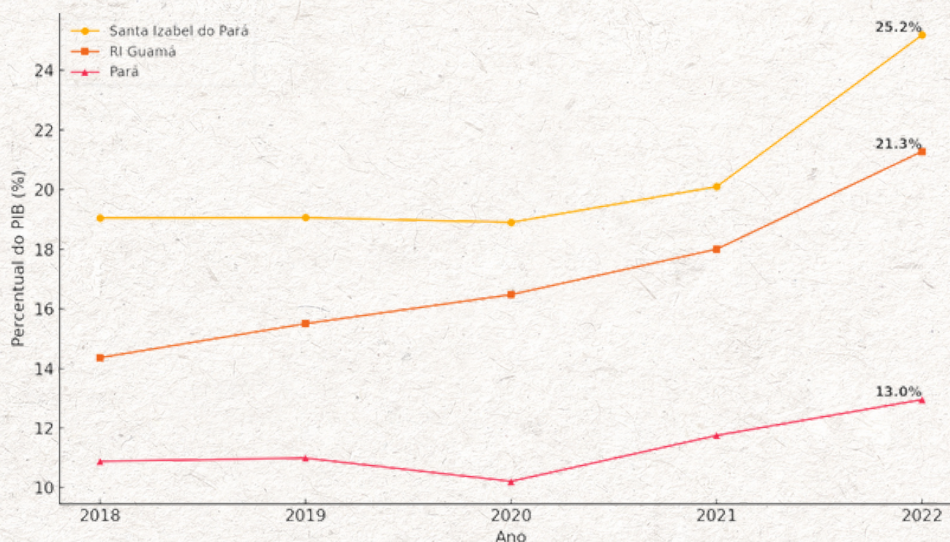
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Santa Izabel do Pará, o gasto público municipal como percentual do PIB permaneceu estável entre 2018 e 2020, com valores de 19,0% e 18,9%. A partir de 2021, houve crescimento expressivo, saltando para 20,1% e encerrando 2022 com 25,2%. Na RI Guamá, observou-se aumento contínuo de 14,4% (2018) para 21,3% (2022), indicando fortalecimento da atuação pública nos municípios da região. Já o estado do Pará manteve-se em patamares inferiores: 11,0% em 2018, oscilando até atingir 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

O crescimento mais acentuado em Santa Izabel do Pará em relação aos outros dois níveis sugere uma ampliação das despesas pú-

blicas locais, que pode estar relacionada a políticas voltadas à infraestrutura, saúde ou educação. A diferença em 2022 entre Santa Izabel (25,2%) e o estado (13,0%) é significativa, mostrando uma intensidade de gasto mais que o dobro da média estadual. A RI Guamá apresentou comportamento intermediário, com evolução gradual e constante. Esse comportamento demonstra uma possível priorização do gasto público municipal em Santa Izabel, apesar de ainda ser necessário avaliar a eficiência e o retorno desses investimentos em termos de qualidade de vida e desenvolvimento econômico (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

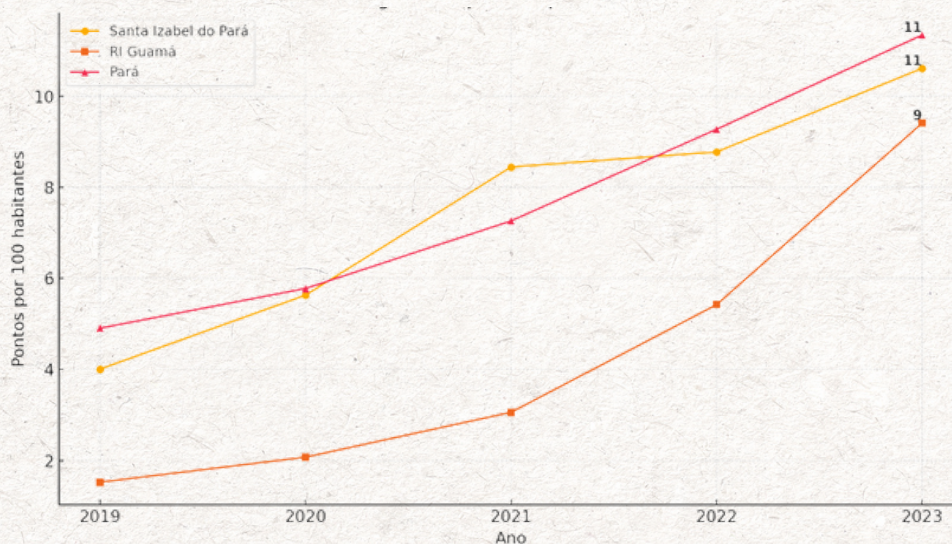
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

A taxa de acesso à banda larga fixa em Santa Izabel do Pará apresentou trajetória ascendente entre 2019 e 2023, partindo de 4,0 pontos por 100 habitantes em 2019 e alcançando 11 em 2023. A RI Guamá iniciou com o menor valor (1,5) e evoluiu para 9,0 pontos, demonstrando melhoria expressiva na conectividade regional. O estado do Pará seguiu trajetória semelhante, crescendo de 4,9 (2019) para 11,0 (2023), sendo o único a ultrapassar Santa Izabel por pequena margem. Em 2021, Santa Izabel já superava o estado (8,5 contra 7,2), embora tenha sido ultrapassado novamente a partir de 2022 (Gráfico 31).

Esse avanço indica esforços contínuos na ex-

pansão da infraestrutura de telecomunicações, tanto no município quanto na região. A evolução mais rápida da RI Guamá, especialmente de 3,0 (2021) para 9,0 (2023), revela o fechamento de uma importante lacuna digital em nível regional. Em 2023, as três esferas analisadas convergem para valores próximos, refletindo certa homogeneização no acesso ao serviço. No entanto, Santa Izabel ainda tem margem de crescimento para superar a média estadual, o que pode depender de investimentos diretos em conectividade escolar, redes domésticas e inclusão digital. O contexto revela progresso, mas também alerta para o risco de estabilização precoce sem novas iniciativas (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

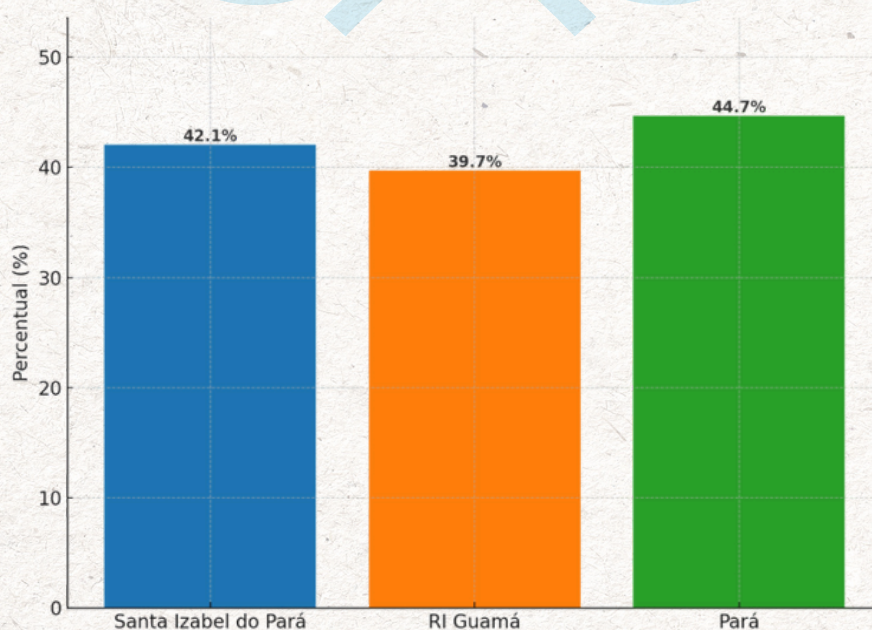
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Santa Izabel do Pará** registrou um IDS de **42,1%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Santa Izabel do Pará x RI Guamá x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



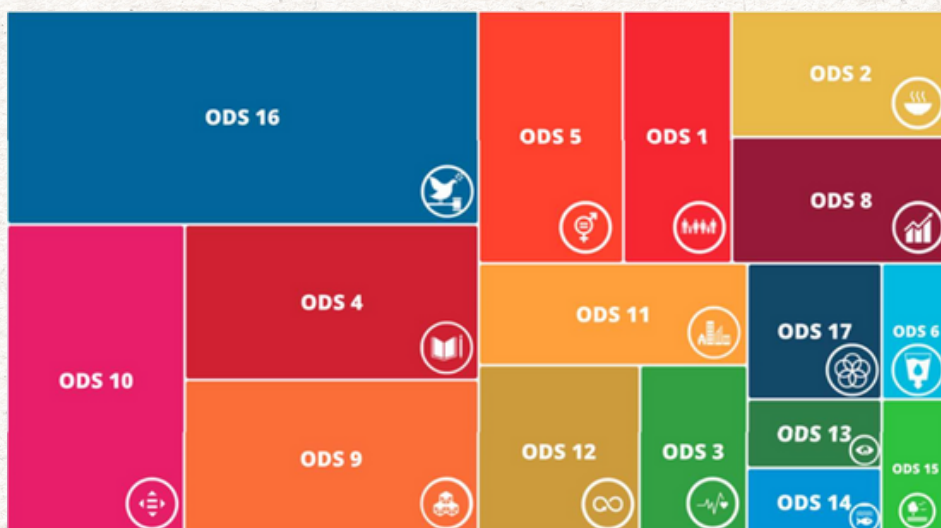
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Santa Izabel do Pará na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Santa Izabel do Pará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

